

Governo estabeleceu valor com ajuda de consultorias

Maior parte do dinheiro arrecadado com a privatização deverá ser usada para abater a dívida pública

• BRASÍLIA e RIO. O Governo chegou a anunciar no ano passado que as ações da Telebrás de propriedade da União valeriam entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões. Mas um conjunto de fatores, incluindo a conjuntura internacional desfavorável, mostrou que essa avaliação, feita pelo então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, está hoje fora da realidade. Para chegar ao preço e à modelagem de venda da parcela da Telebrás pertencente à União, 19,26% do capital votante, o Governo contratou consultorias especializadas, através de licitação.

O consórcio que inclui as empresas Arthur D. Little, Cooper and Lybrand e Deloitte and Touche ficou encarregado da avaliação, enquanto o consórcio das empresas Salomon Brother e Morgan Stanley fez a modelagem de venda.

Os consultores levaram em conta pelo menos cinco fatores que contribuíram para reduzir o preço da empresa. O principal é o fato de que a estatal, depois de privatizada, terá que enfrentar a concorrência de outras teles. No caso da telefonia fixa, serão criadas as chamadas empresas-espelho e, no caso da telefonia celular, a banda A (estatal) vai concorrer com a banda B. Além disso, o Governo impôs às empresas que comprarem a Telebrás um plano de metas que prevê redução de tarifas nos próximos anos e ampliação da oferta de telefones, o que exigirá inves-

timentos. Só a queda nas tarifas prevista até o ano 2005 reduziu em 10% o preço da Telebrás, segundo consultores. Os investidores terão ainda que arcar com as despesas da renovação das concessões até 2007. Tudo isso fez com que o preço da fatia da Telebrás que a União vai vender caísse 40%.

O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, considera que a Telebrás poderia ser vendida por R\$ 23,11 bilhões, mas argumenta que o Governo optou por receber menos para assegurar vantagens ao consumidor: tarifas mais baixas e a livre concorrência no setor.

A avaliação atual do Governo é mais realista também porque considera a nova realidade do mercado internacional. Motta acreditava que a Telebrás seria vendida com um ágio elevado, o que o Governo já não conta no momento, por causa da crise internacional. Se os investidores pagarem apenas o preço mínimo de R\$ 13,4 bilhões pela participação da União, significa dizer que a Telebrás valeria em torno de R\$ 70 bilhões.

O Governo pretende usar a maior parte do dinheiro da privatização do Sistema Telebrás para reduzir a dívida pública, bem como os demais recursos da telefonia. Apenas uma parcela dos pagamentos recebidos pelas concessões de banda B de telefonia celular poderão ser aplicados em despesas correntes

do Tesouro Nacional.

Do total de ganhos que o Governo espera arrecadar até o fim desse processo, cerca de R\$ 32,8 bilhões, já entraram no caixa do Tesouro R\$ 8,98 bilhões e correspondem às concessões da banda B. Em 1997, cerca de R\$ 1 bilhão foi aplicado no resgate de títulos da dívida pública e outros R\$ 33 milhões destinados à criação da Agência Nacional de Telecomunicações. Pela previsão do Orçamento de 98, pelo menos R\$ 2 bilhões serão usados para reduzir a dívida mobiliária federal, que chegou a R\$ 290,8 bilhões em abril. Outros R\$ 500 milhões vão para programas educacionais. Os ministérios da área social pressionam para utilizar pelo menos parte dos restantes R\$ 5,15 bilhões, mas a equipe econômica resiste.

Para completar os ganhos previstos, o Ministério das Comunicações está estimando em R\$ 10 bilhões o valor que pretende obter com a venda das empresas que vão concorrer com as teles privatizadas. Esse dinheiro também deverá ser usado na redução da dívida pública. Além desses, outro R\$ 1,2 bilhão deverá ser pago pelas operadoras de telecomunicações em 2007, quando começam a repassar 2% de seu lucro líquido ao Governo, a cada 24 meses, para renovar as concessões. Sobre esses recursos, ainda não há qualquer previsão de sua aplicação.